



COMARCA DE GOIÂNIA  
NAJEC - Núcleo de Atermação dos Juizados Especiais Cíveis

## FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO

<b>Prioridade:</b>	<input type="checkbox"/> Maior de 60 Anos	<input type="checkbox"/> Grávida	<input type="checkbox"/> Doença Grave
	<input type="checkbox"/> PNE	<input type="checkbox"/> Tutela Provisória de Urgência	
<b>Reclamação apresentada por:</b>			
Nome:			
Estado Civil:		Nacionalidade:	
RG:	Órgão Exp:	Data Emissão:	
CPF:		Profissão:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	
Estado:		CEP:	
Fone:		E-mail:	

O(s) autor(es) acima qualificado(s), vem à presença de V. Exa. propor a presente:

<b>INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS</b>
<i>Fundamento Legal: Art. 3º II da Lei 9.099/95 c/c Art. 275 II d do CPC-1973 c/c Art. 1.063 do CPC-2015</i>
<b>Reclamado(s)</b>
Nome:
CPF/CNPJ:
Endereço:
CEP:
Fone:

<b>I – DADOS DO ACIDENTE</b>
Relato Apresentado
<b>Data do acidente:</b>
<b>Local do acidente:</b>
Houve registro da ocorrência em algum órgão:
<b>Dados do Veículo do Reclamante:</b>
<b>Dados do Veículo do Reclamado:</b>
Comprovante de Pagamento do Conserto ou Orçamento apresentado no valor de R\$
Contato direto com Reclamado para tentar solucionar amigavelmente:
Houve pagamento de alguma quantia pelo Reclamado:
Quanto tempo o reclamante ficou impossibilitado de utilizar o veículo:
Outros dados que achar necessários:

<b>II – FATOS RECLAMADOS (CIRCUNSTÂNCIAS)</b>
(Descrever de forma clara e objetiva os fatos ocorridos)

<b>III – DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (NCPC 300 <i>caput</i>)</b>
Em razão da existência de elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme os fatos ora narrados, a(s) parte(s) reclamante(s) requer(em) seja concedida liminarmente, a tutela provisória de urgência, de forma “ <i>inaudita altera pars</i> ”, ou após contraditório prévio (NCPC 300 §2º) para:
1. (    ) Proceder o bloqueio de TRANSFERÊNCIA, via Sistema RENAJUD, do veículo do reclamado envolvido no acidente, a saber, <b>PLACA:</b>
2. (    ) Proceder a consulta, via Sistema RENAJUD, dos dados do proprietário do veículo do reclamado envolvido no acidente, a saber, <b>PLACA:</b> , a fim de viabilizar a inclusão no polo passivo da presente ação.
3. (    ) Proceder a consulta, via Sistema <b>BACENJUD ou RENAJUD ou INFOJUD</b> , dos dados qualificadores da parte reclamada, em razão do que preceitua o NCPC 319 §1º, ademais a parte reclamante já esvaiu todas as possibilidades extrajudiciais de tentar localizar os dados da parte reclamada.
Outros:

#### IV – PEDIDO DO RECLAMANTE

Posto isso, requer a Vossa Excelência:

1. ( X ) Seja(m) a(s) ré(s) citada(s) na forma da lei para, no prazo legal, oferecer(em) sua contestação, sob pena de ser tidos verdadeiros todos os fatos narrados na inicial;
2. ( X ) Inversão do ônus da prova;
3. ( ) Manter o bloqueio veicular, deferido em tutela provisória de urgência, a fim de viabilizar o cumprimento de sentença;
4. ( ) Pagar indenização por dano material, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ;
5. ( ) Pagar indenização por dano moral, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ;
6. ( X ) Seja deferido o benefício da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC.
7. ( ) Informações complementares/Outro tipo de pedido:

#### V – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:

Lista dos documentos comprobatórios que possuir:

- 1)
- 2)
- 3)

#### VI – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

CPF;  
RG;  
Comprovante de endereço;

Valor da Causa: R\$ \_\_\_\_\_ \*

Nestes termos, pede deferimento.

Goiânia-GO, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Responsável: (INSERIR SIGLA DAS INICIAIS)

**TERMO DE RESPONSABILIDADE e CIÊNCIA:**

**O reclamante DECLARA que:**

- 1) Todas as informações da petição inicial são de minha inteira responsabilidade, sendo certo que o resultado do processo depende da comprovação dos fatos e do convencimento do juiz.**
- 2) As informações e os documentos contidos na inicial foram livremente fornecidas por mim, e a causa de pedir, objeto da reclamação, é de minha opção pessoal e de livre espontaneidade.**
- 3) O não comparecimento à(s) audiência(s) acarretará a extinção do processo, bem como a condenação ao pagamento de custas judiciais, salvo se for acatada como falta de justo motivo mediante a apresentação de prova justificada da ausência, conforme art. 51, I da Lei nº 9.099/95.**
- 4) Foi advertida que, embora nas causas de até 20 (vinte) salários mínimos a ação possa ser proposta pessoalmente, sem advogado, é conveniente e recomendável que a pessoa esteja sempre assistida por advogado, principalmente quando a parte ré estiver acompanhada de advogado ou se tratar de pessoa jurídica ou firma individual, conforme dispõe o art. 9º, § 1º, da Lei nº 9.099/95.**
- 5) Nos termos do Art. 2º da Lei nº 9.099/95\*, declaro que aceito receber intimações em um dos telefones acima informados.**

Goiânia-GO, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura